



TESOURO NACIONAL

2025

Fevereiro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Marcelo Pereira de Amorim

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Daniel Cardoso Leal

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Assuntos Corporativos (SUCOP)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte**

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.brDisponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

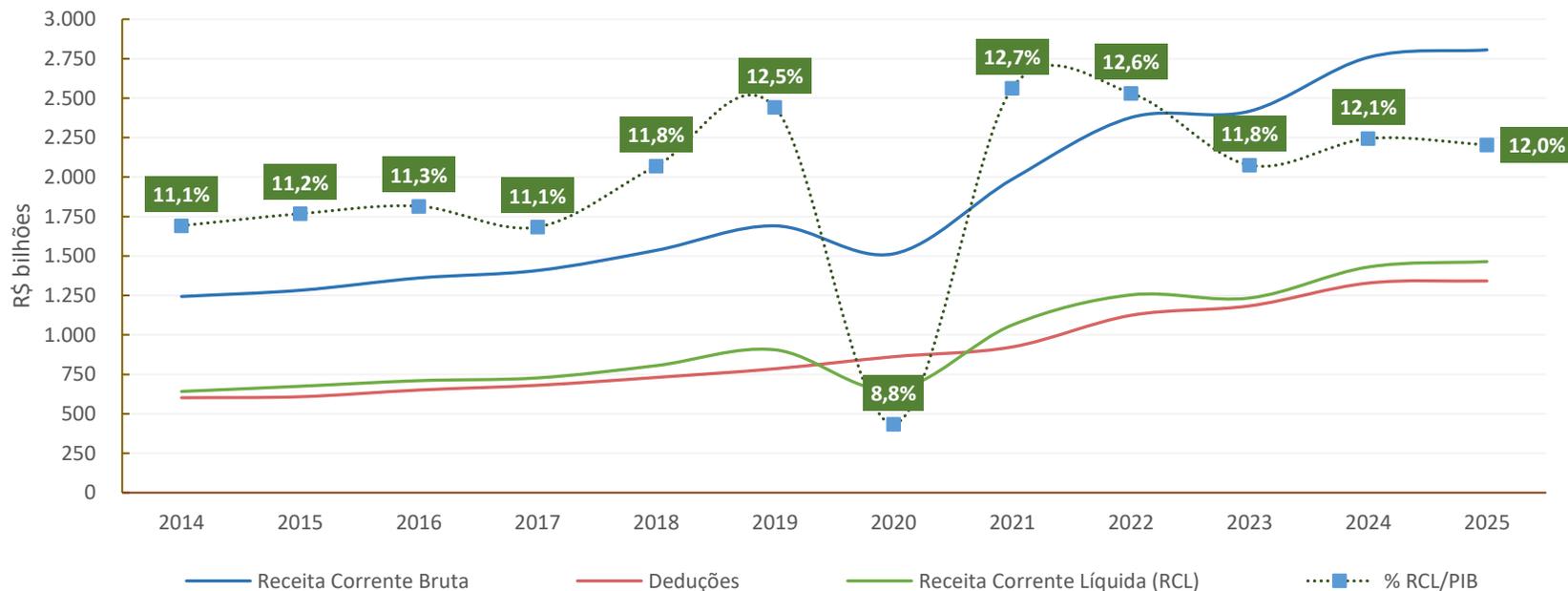
Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Corrente Bruta	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.758	2.806
Receita Tributária	400	425	459	465	507	546	517	711	856	888	1.028	1.046
Receita de Contribuições	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.197	1.377	1.396
Demais Receitas Correntes	172	170	172	143	184	292	171	274	392	332	353	364
Deduções	602	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.184	1.328	1.342
Transf. Constitucionais e Legais	218	214	239	240	267	298	378	367	487	484	558	563
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	319	326	342	361	380	405	396	454	530	586	638	647
Outras Deduções	65	68	70	80	84	83	87	103	107	113	132	131
Receita Corrente Líquida (RCL)	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.234	1.430	1.464



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

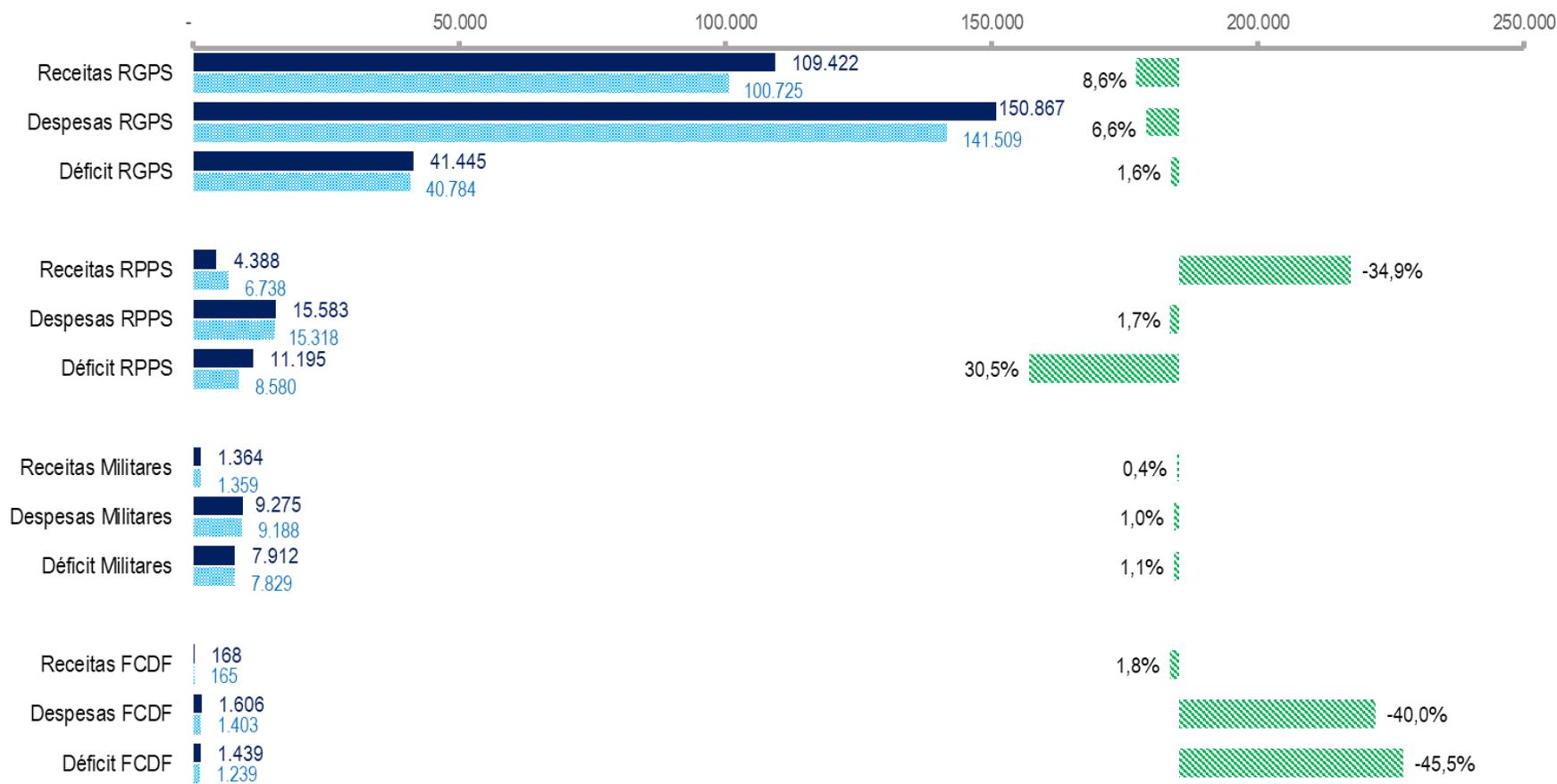
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 3

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Fevereiro/2025 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2025

■ 2024

■ Variação (%)

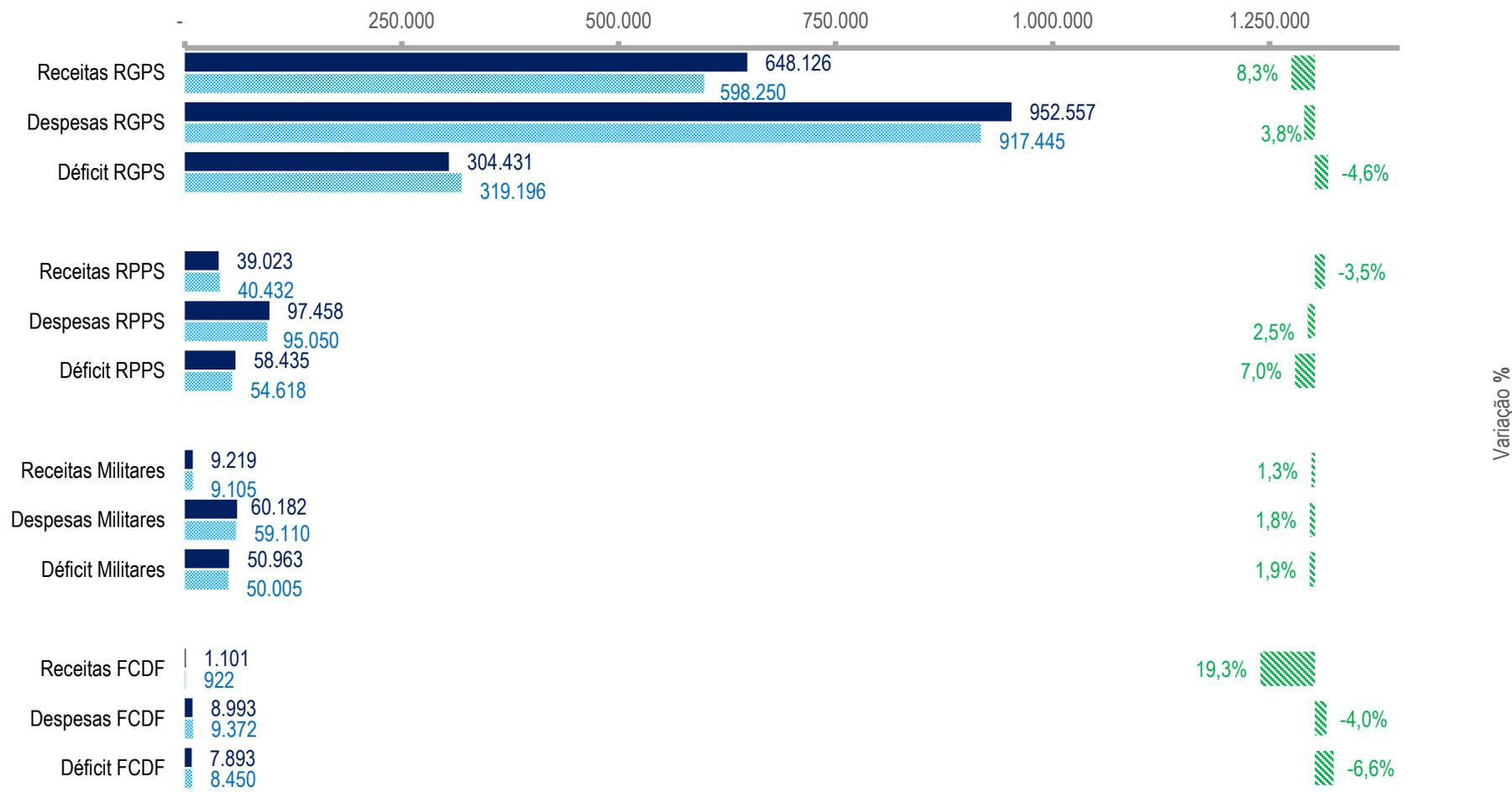
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 4

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Mar/2024 a Fev/2025

■ Mar/2023 a Fev/2024

■ Variação (%)

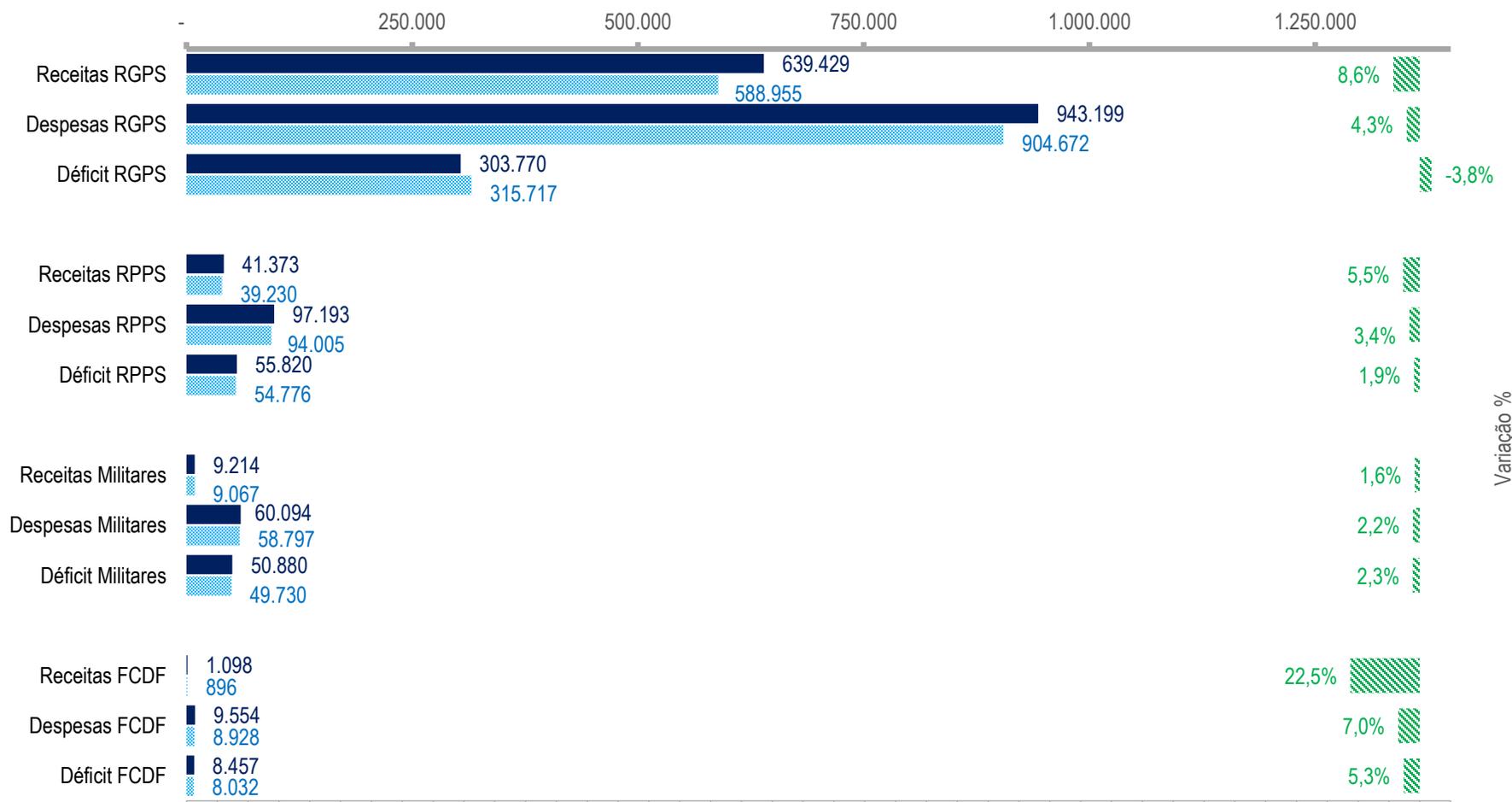
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 4

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2024 e 2023 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2024
- 2023
- % 2024/2023

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 4

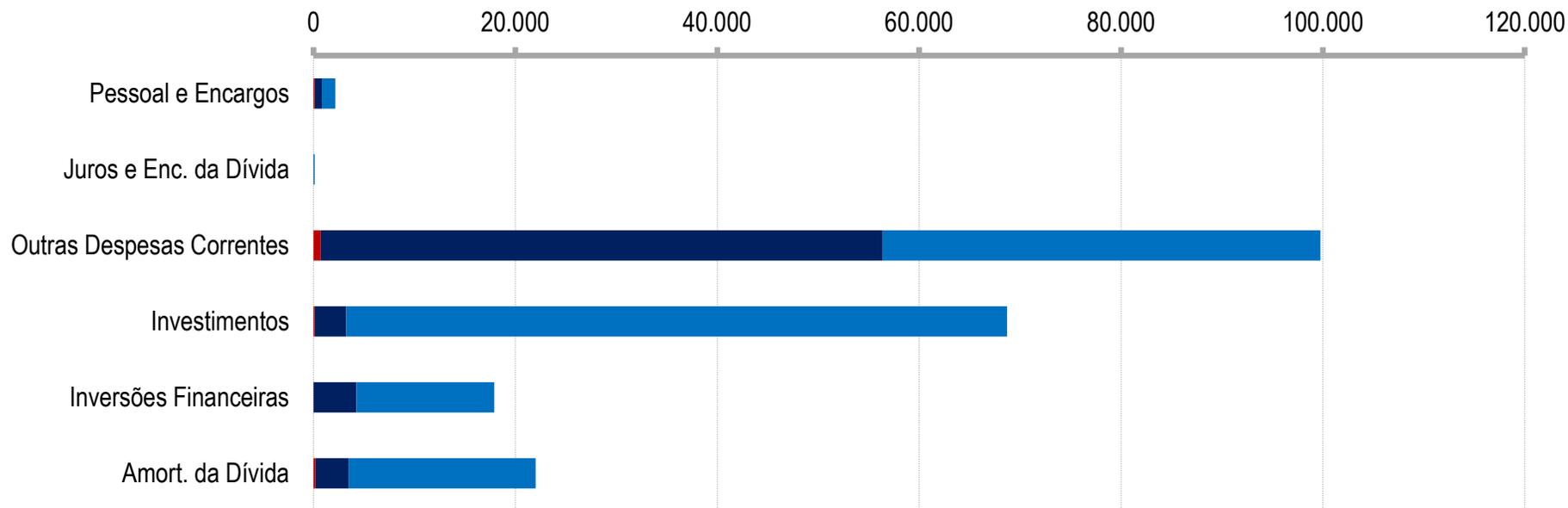
Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Fevereiro/2025 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	126	-	731	133	1	201	1.192
■ Pagos	709	0	55.661	3.102	4.236	3.255	66.964
■ Saldo a Pagar	1.322	114	43.364	65.491	13.670	18.561	142.523
Total	2.157	115	99.757	68.727	17.908	22.017	210.679

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

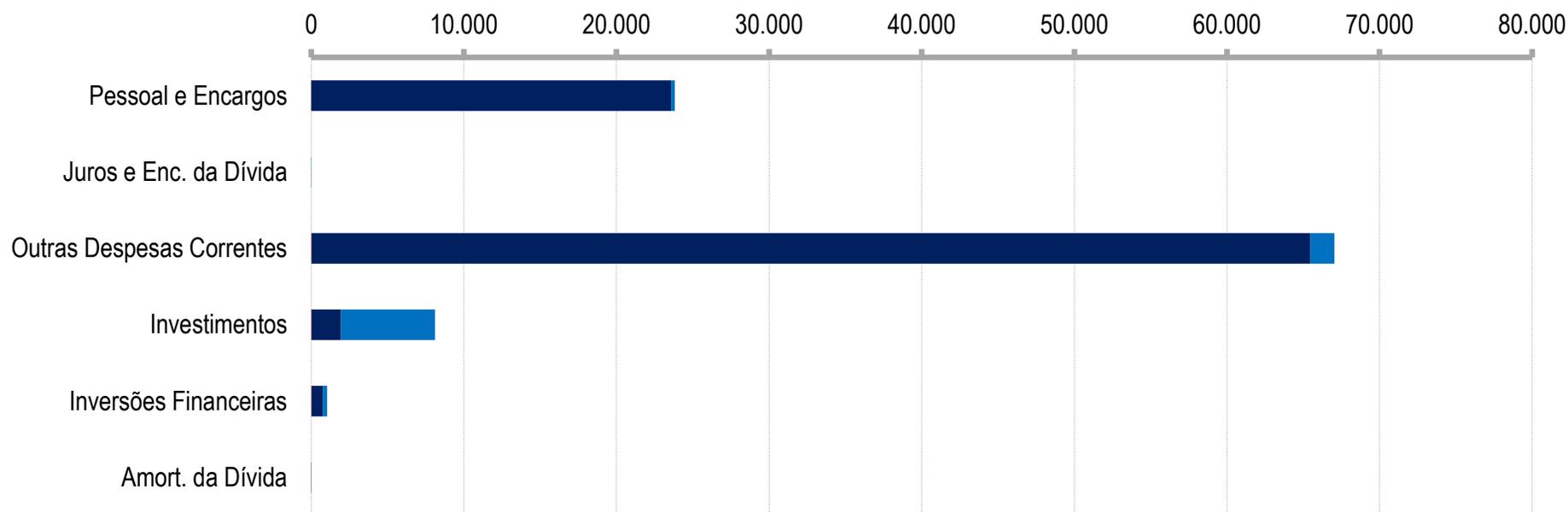
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 7

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Fevereiro/2025 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	12	-	15	30	16	-	72
■ Pagos	23.562	-	65.464	1.925	736	3	91.691
■ Saldo a Pagar	250	1	1.564	6.164	282	-	8.261
Total	23.824	1	67.043	8.119	1.034	3	100.025

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 7

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2025 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Fevereiro de 2025.

Executado 60% do Mínimo



Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Fevereiro) X Mínimo (em Fevereiro)

Fonte: RREO

Limite de Educação	R\$ bilhões											
	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	FEV/2025
Despesas Executadas com Educação	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	110,9	14,0
Mínimo (até o mês)*	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8	66,4	108,6	23,3
Despesa Excedente ao Mínimo	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	21,2	20,8	2,3	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 8

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2025 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Fevereiro/2025, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Fevereiro	18% RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2025	23,3	23,3	14,0	60,0%
2024	20,9	69,5	12,5	59,8%
2023	18,7	66,4	11,2	60,0%
2022	13,6	62,8	9,9	73,4%
2021	13,3	55,6	9,4	71,0%
2020	12,5	54,4	8,3	66,7%
2019	11,8	52,7	8,8	74,2%
2018	10,6	50,5	9,1	85,7%
2017	9,5	49,0	8,8	92,4%
2016	8,8	46,6	8,7	98,2%
2015	8,6	46,5	8,7	101,0%
2014	7,9	44,2	6,6	84,2%
2013	7,8	43,0	4,5	57,5%
2012	7,4	39,4	5,3	72,2%

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 8

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2025 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 15% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Fevereiro) X Mínimo (em Fevereiro)

Fonte: RREO

R\$ bilhões

Limite de Saúde	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	FEV/2025
Despesas Executadas com Saúde	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	215,9	23,7
Mínimo (até o mês)	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	172,8	214,5	219,7
Despesa Excedente ao Mínimo	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	7,0	1,4	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 12

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2025 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Fevereiro/2025, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Fevereiro	Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2025	219,7	23,7	10,8%
2024	214,5	21,0	9,8%
2023	172,8	15,8	9,1%
2022	139,8	16,0	11,5%
2021	123,8	14,8	12,0%
2020	121,2	12,6	10,4%
2019	117,3	17,3	14,7%
2018	112,4	12,7	11,3%
2017	109,1	13,5	12,4%
2016	95,4	12,7	13,3%
2015	98,3	15,4	15,6%
2014	91,6	11,6	12,7%
2013	82,9	6,9	8,3%
2012	79,5	6,6	8,3%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

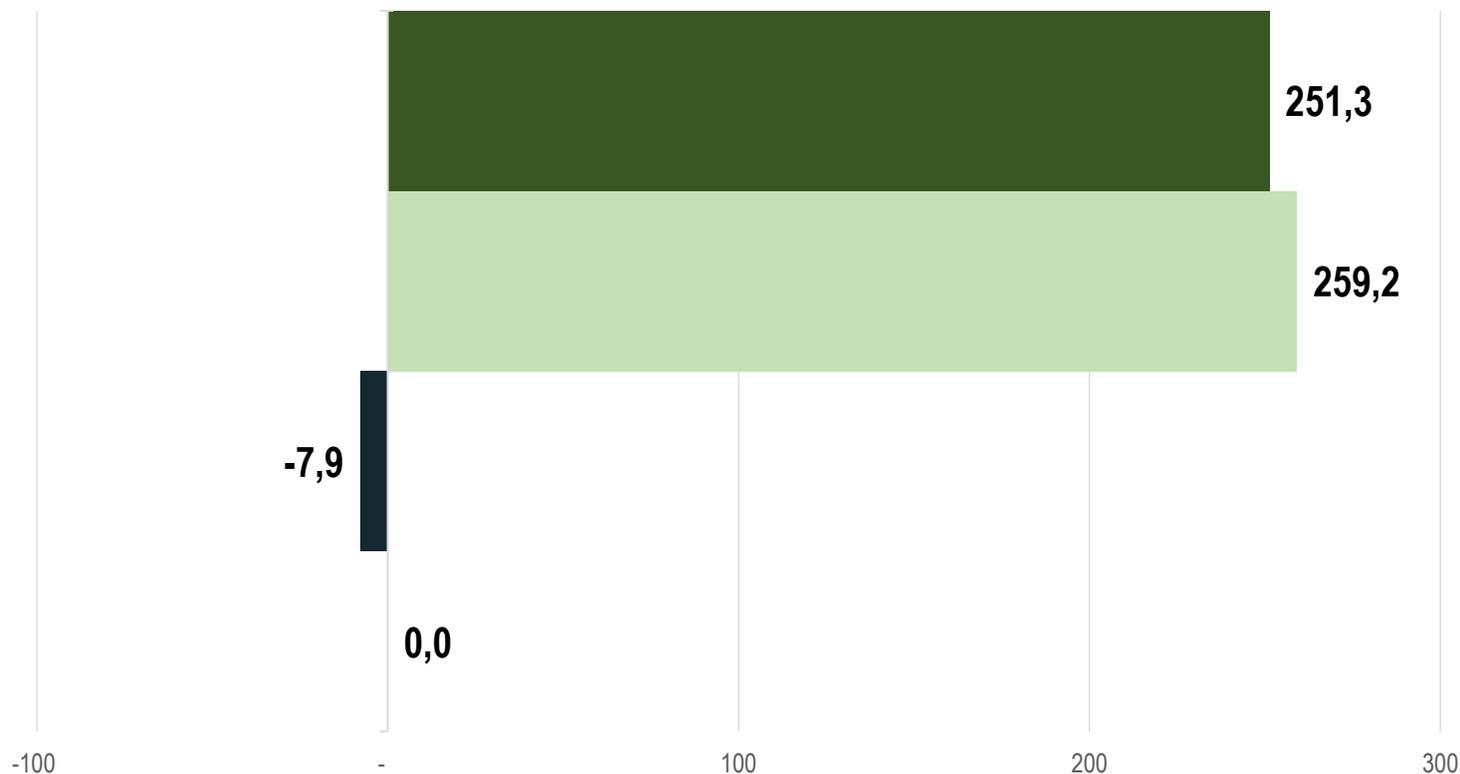
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Anexo 12

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Fevereiro/2025 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
■ Receitas da Seguridade Social	251
■ Despesas da Seguridade Social	259
■ Resultado	-8
■ DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Tabela 1

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Fevereiro/2025 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Fevereiro de 2025, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO												
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RGPS	45,83	52,12	55,08	57,69	58,17	61,75	66,00	67,88	34,49	41,20	91,43	100,72	109,42
RPPS - Civil e FCDF	3,43	4,28	4,59	4,51	5,08	5,04	5,19	5,01	3,08	3,09	5,67	6,90	4,56
Pensões Militares	0,29	0,32	0,36	0,46	0,49	0,34	0,37	0,56	0,54	0,00	1,32	1,36	1,36
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	46,24	48,57	52,79	65,53	50,22	56,70	58,54	78,99	54,56	71,68	101,63	125,82	135,97
Total das Receitas	95,80	105,29	112,82	128,18	113,96	123,84	130,09	152,43	92,67	115,97	200,05	234,80	251,32
Despesas da Seguridade Social													
Despesas do RGPS	62,67	66,81	67,49	76,84	86,59	89,66	0,95	102,51	52,33	58,74	128,74	141,51	150,87
Saúde	6,91	11,60	15,31	12,70	13,49	12,71	17,27	12,61	5,67	5,59	15,78	21,02	23,75
Assistência Social	9,48	10,73	11,24	12,41	13,79	14,06	14,96	15,42	8,10	13,23	41,08	46,17	48,24
RPPS - Civil e FCDF	9,48	9,76	10,62	11,10	12,77	13,19	13,52	14,59	7,13	7,26	15,23	16,72	17,19
Seguro Desemprego	5,20	5,57	6,56	5,71	5,47	5,61	5,66	6,19	2,30	2,84	6,03	7,82	7,84
Pensionistas Militares	3,50	4,52	4,98	2,58	2,93	3,27	3,49	3,51	1,84	1,94	4,01	4,14	4,16
Abono Salarial	0,00	0,00	0,08	5,78	4,42	4,82	5,06	5,77	3,18	1,07	3,45	1,96	2,37
Demais Despesas	2,63	2,67	3,21	3,21	3,77	3,86	99,72	4,36	2,17	2,90	5,11	5,07	4,78
Total das Despesas	99,88	111,65	119,49	130,32	143,23	147,18	160,64	164,96	82,72	93,57	219,43	244,41	259,20
Resultado													
Resultado da Seguridade Social	-4,08	-6,36	-6,68	-2,14	-29,28	-23,34	-30,54	-12,52	9,95	22,40	-19,37	-9,60	-7,89
Receitas Desvinculadas (DRU)	10,40	10,79	11,53	0,00	17,83	20,54	21,14	0,03	0,02	0,00	0,04	0,02	0,02
Resultado com Receitas Desvinculadas	6,32	4,43	4,85	-2,14	-11,45	-2,80	-9,40	-12,49	9,97	22,41	-19,34	-9,59	-7,87

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

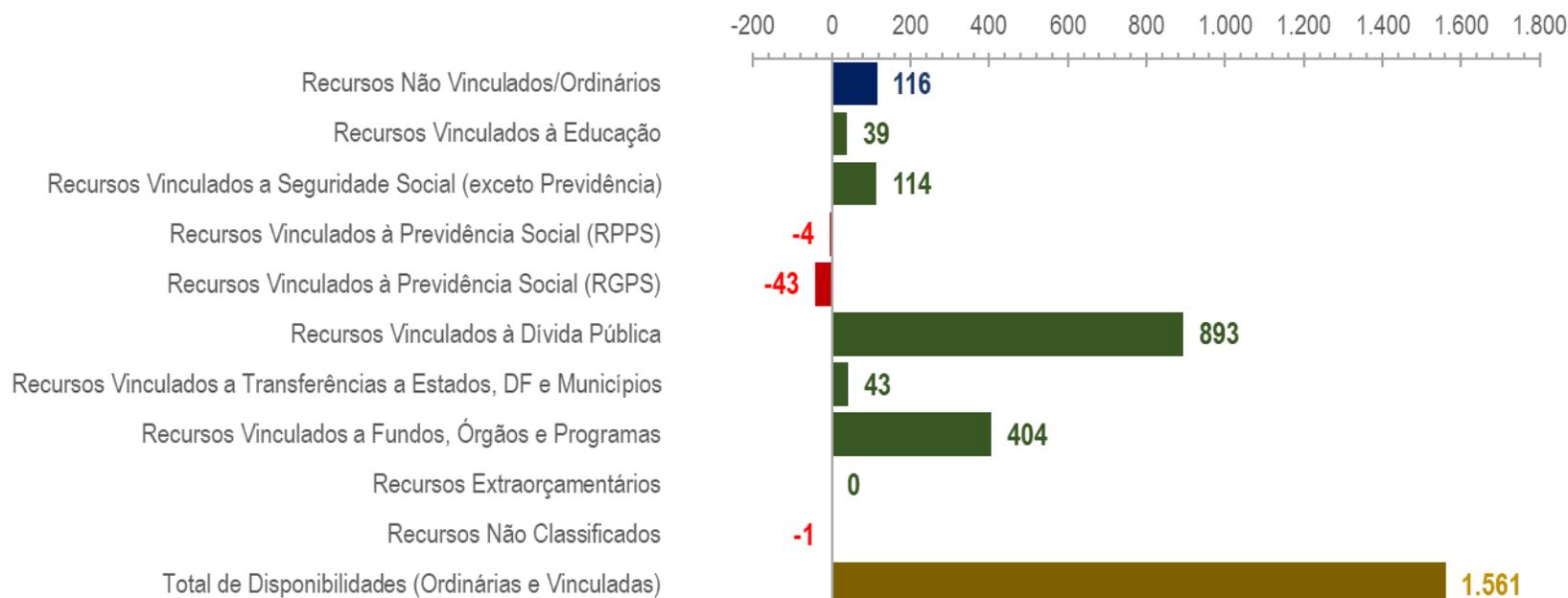
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Tabela 1

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Fevereiro/2025 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Fevereiro 2025, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2025, Tabela 4